

REUNIÃO DA CÂMARA

ORD. X

EXT.

N.º 28

07-11-2018

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 22 de agosto de 2018.

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PÚBLICAS

1.1 - Concurso Público – Empreitada “Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços” - Adjudicação – Fixação da Caução – Aprovação da Minuta do Contrato.

2. OBRAS PARTICULARES

2.1 - Emissão de parecer ao abrigo do art. 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Anthony Charles D'Oliveira Calado Carter e Susana Margarida da Silva Varatojo de Magalhães Madeira (prédio inscrito sob o artigo 121, Secção N, freguesia de Santo Quintino).

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 – Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual n.º 46/2018.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 – Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 02 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 28

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 07 de novembro de 2018

Aos 07 dias do mês de novembro de 2018, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Maria de Fátima da Cruz Simões Estevão, em substituição, Luís Miguel Henriques Soares, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____
Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 05 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **212** de terça-feira, dia 06 de novembro de 2018, cujo total de disponibilidades é de **€ 954.797,09**, sendo **€ 668.285,14** de operações orçamentais e **€ 286.511,95** de operações não orçamentais. _____

2. Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal (artigo 39.º, alínea c), da Lei número 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente informou que o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, por motivos profissionais, não poderia estar presente na reunião da Câmara Municipal, tendo solicitado a respetiva substituição, pelo que informou que o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos seria substituído pela Sra. Maria de Fátima Estevão. _____

Assim, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, aceitar a razão apresentada e justificar a falta do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando a sua substituição, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 22 de agosto de 2018 _____

O assunto foi retirado da Ordem do Dia por não haver quórum para aprovação do presente ponto da ordem do dia – artigo 29.º, número 1, do CPA, conjugado com o artigo 54.º, número 1, da Lei 75/2013, de 12 de setembro – uma vez que as Sras. Vereadoras Carla Alves e Fátima Estevão, em substituição, e o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, não poderiam votar por não terem estado presentes – artigo 34.º, número 3, do CPA. _____

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PÚBLICAS

1.1 – Concurso Público – Empreitada “Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços” – Adjudicação – Fixação da Caução – Aprovação da Minuta do Contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Proposta

Concurso Público – Empreitada “Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços” - Adjudicação – Fixação da Caução – Aprovação da Minuta do Contrato

Considerando que:

- a) Por deliberação datada de 23/04/2018, a Câmara Municipal autorizou a abertura do Concurso Público Empreitada “Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços”, nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como, na alínea b), do número 1, do artigo 18.º do Decreto-lei 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do artigo 14.º, número 1, alínea f), do Decreto-lei 18/2008, de 18 de janeiro e, ainda, do artigo 36.º, 38.º, 40.º, número 2, 67.º e 109.º, número 2, do CCP;
- b) Através do Relatório Final datado de 19 de outubro de 2018 – o qual se anexa à presente proposta para os devidos e legais efeitos, sob doc. número 1 -, propõe o Júri do Concurso, nos termos do artigo 148.º do CCP, a adjudicação da empreitada à sociedade Construções Pragosa, SA, de acordo com a proposta por si apresentada, no valor de €579.802,34, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- c) Nos termos do número 1, do artigo 88.º do CCP, e tendo em vista garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deverá ser exigida a prestação da caução correspondente a 5% do preço contratual, no valor de €579.802,34, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, cfr. artigo 89.º, número 1 do CCP;
- d) Nos termos do número 1, do artigo 98.º do CCP o órgão competente para aprovar a minuta do contrato é aquele a quem compete a decisão de contratar.

Propõe-se que:

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere adjudicar a empreitada “Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços” à Sociedade Construções Pragosa, SA, de acordo com a proposta por si apresentada, no valor de €579.802,34, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como, na alínea b), do número 1, do artigo 18.º do Decreto-lei 197/99, de 8 de

junho, aplicável por força do artigo 14.º, número 1, alínea f), do Decreto-lei 18/2008, de 18 de janeiro. _____

2 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, de modo a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deliberou fixar, o valor da caução correspondente a 5% do preço contratual, no valor **€28.990,12**, cfr. artigo 89.º, número 1 do CCP; _____

3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, nos termos do número 1, do artigo 98.º do CCP, aprovar a minuta do contrato relativo à empreitada "Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços", a qual se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos – doc. 2. _____

Sobral de Monte Agraço, 02 de novembro de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada "Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços" à Sociedade Construções Pragosa, SA, de acordo com a proposta por si apresentada, no valor de €579.802,34, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como, na alínea b), do número 1, do artigo 18.º do Decreto-lei 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do artigo 14.º, número 1, alínea f), do Decreto-lei 18/2008, de 18 de janeiro. _____

Mais deliberou, de modo a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, fixar, o valor da caução correspondente a 5% do preço contratual, no valor **€28.990,12**, cfr. artigo 89.º, número 1 do CCP. _____

Deliberou, ainda, nos termos do número 1, do artigo 98.º do CCP, aprovar a minuta do contrato relativo à empreitada "Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços", a qual se anexa à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

2. OBRAS PARTICULARES _____

2.1 - Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Anthony Charles D'Oliveira Calado Carter e Susana Margarida da Silva Varatojo de Magalhães Madeira (prédio inscrito sob o artigo 121, Secção N, freguesia de Santo Quintino) _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

"Proposta _____

Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Anthony Charles D'Oliveira Calado

Carter e Susana Margarida da Silva Varatojo de Magalhães Madeira (prédio inscrito sob o artigo 121, Secção N, freguesia de Santo Quintino) _____

Considerando que: _____

- a) Em 03 de outubro de 2018, deu entrada nos serviços do Município, um requerimento em nome de **Anthony Charles D'Oliveira Calado Carter e Susana Margarida da Silva Varatojo de Magalhães Madeira**, solicitando a emissão de um parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de aquisição do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 3989 e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 121, Secção N, da freguesia de Santo Quintino; _____
- b) Dispõe o artigo 54.º do diploma referido, nos números 1 e 2 que “A celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios” e “O parecer previsto no n.º anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”; _____
- c) Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) da presente proposta, foi elaborada a informação da DOUA, subscrita pela Chefe de Divisão, Eng.ª Carla Duarte, em 25 de outubro de 2018, anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos, tendo o Presidente da Câmara despachado em 30 de outubro de 2018, nos seguintes termos: “Deferido, à próxima reunião de Câmara para decisão final”. _____

Propõe-se que: _____

- 1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 3989 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 121, Secção N, da freguesia de Santo Quintino. _____
- 2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere ainda que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____
- 3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 17/10/2018, nos termos da qual se refere: _____

“O prédio rústico n.º 121, secção N, da freguesia de Santo Quintino, está inserido em Área Urbana, nível IV – Pé-do-Monte, categoria de espaço urbano, área urbanizada mista, em zona a reabilitar, de acordo com os Artigos 9.º e 10.º do regulamento do P.D.M., e em espaço agrícola, área agrícola da R.A.N., de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”. _____

Sobral de Monte Agraço, 02 de novembro de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 3989 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 121, Secção N, da freguesia de Santo Quintino. _____

Deliberou, ainda, que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____

Deliberou, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 17/10/2018, nos termos da qual se refere: _____

“O prédio rústico n.º 121, secção N, da freguesia de Santo Quintino, está inserido em Área Urbana, nível IV – Pé-do-Monte, categoria de espaço urbano, área urbanizada mista, em zona a reabilitar, de acordo com os Artigos 9.º e 10.º do regulamento do P.D.M., e em espaço agrícola, área agrícola da R.A.N., de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”. _____

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 – Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 46/2018 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 46/2018 _____

Considerando que: _____

- a) Os serviços técnicos do Município elaboraram a informação número 35/2018, de 29 de junho de 2018, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos; _____
- b) Independentemente dos despachos de deferimento ou indeferimento da exposição apresentada, certo é que a fatura inicialmente emitida tem de ser anulada de forma a que seja dado integral cumprimento à decisão final que recair sobre a mesma (por exemplo, possibilidade de pagamento em prestações; possibilidade de pagamento no 1.º escalão ou, nos casos de indeferimento, emissão de nova fatura com o valor total mas com prazo _____

14

diferente); _____

c) Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) supra, foi emitida a Guia de Anulação de Receita Virtual número 46/2018 referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €278,82. _

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratifique o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 16 de julho de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 46/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €278,82. _____

Sobral de Monte Agraço, 02 de novembro de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 16 de julho de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 46/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €278,82. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO _____

2.1 – Outros assuntos de interesse do Município _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz solicitou um ponto de situação sobre a empreitada do Pavilhão Multisserviços. _____

O Sr. Presidente lembrou que o prazo para conclusão dos trabalhos da empreitada tinha sido prorrogado até ao dia 27 de novembro do corrente ano, sendo que, até ao momento, tudo indica estar a decorrer normalmente. Referiu que não tem sido fácil lidar com os responsáveis pela empresa a quem foi adjudicada a empreitada, sendo o relacionamento diário entre os serviços do Município e a empresa muito complicado. Referiu, ainda, que o empreiteiro tem recorrido muito frequentemente à subcontratação, tendo substituído o engenheiro responsável pela obra, pelo menos, já por três vezes. Comentou que todas estas situações nem sempre têm facilitado a realização dos trabalhos em falta. Disse que os técnicos da Autarquia continuam a acompanhar a obra no terreno mas que seria necessário aguardar até ao final do contrato de modo a ser possível verificar quais as situações que foram de facto cumpridas e as que, eventualmente, ficaram por cumprir. Ainda a propósito de empreitadas, informou que a obra de Beneficiação da Igreja de Santo Quintino estava a decorrer normalmente. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, na sequência da intervenção do Sr. Presidente, disse que se poderia deduzir que a conclusão desta empreitada não teria o melhor desfecho, pelo que perguntou se esta situação poderia dar origem a algum processo judicial. Finalmente, reiterou o pedido de informação sobre o custo do parecer jurídico elaborado pelo escritório de

advogados que está a prestar apoio à Autarquia neste processo, uma vez que, até à presente data, essa informação continuava sem ser prestada. _____

O Sr. Presidente referiu que, face à forma como a obra tem vindo a decorrer, não acreditava que a mesma estivesse concluída dentro do prazo concedido, salientando que, em bom rigor, esta já deveria ter sido concluída há um ano. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que a contratação pública acarreta procedimentos altamente burocráticos tornando bastante difícil aferir a forma como o contrato é, efetivamente, executado. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estevão solicitou um ponto de situação sobre a substituição dos contentores de lixo no Concelho. A propósito de um pedido de informação realizado, quer por si, quer pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos e até mesmo pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, sobre o apoio prestado às Juntas de Freguesia em termos de combustíveis, reiterou a disponibilização da referida informação. Relativamente ao posto de trabalho para Encarregado Geral, solicitou um ponto de situação sobre a matéria, uma vez que, por um lado, não tinha conhecimento da publicação do respetivo anúncio na BEP – Bolsa de Emprego Público e, por outro lado, o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos não tinha recebido qualquer informação relativamente a esta questão, como aliás, havia sido combinado. Por fim, solicitou também um ponto de situação sobre os constrangimentos apresentados pelos moradores de Martim Afonso. _____

O Sr. Vice – Presidente, relativamente aos contentores de RSU, informou que tinha havido um atraso na entrega dos equipamentos, mas que a substituição já tinha sido iniciada, porém, ainda não estava terminada, havendo ainda muitos contentores a ser trocados. Disse que o Concelho tem mais de mil contentores e que os trabalhos de substituição não têm sido contínuos, realizando-se apenas em alguns dias da semana, de forma a ser possível dar continuidade a outros serviços que apresentam maior urgência. Informou, ainda, que recentemente foram colocados ecopontos em várias zonas do Concelho, todavia, alguns tinham de ser reposicionados. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estevão perguntou se o Sr. Vice – Presidente tinha noção de quantos equipamentos tinham sido substituídos e de quantos estavam em falta. _____

O Sr. Vice – Presidente disse que não sabia ao certo quantos contentores já tinham sido substituídos, mas que os serviços já tinham procedido à substituição de algumas dezenas, salientando que nem todos seriam trocados, a troca efetuar-se-ia, apenas em relação aos danificados. A propósito do contentor de RSU, em Casais de S. Martinho, identificado pela Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estevão, disse que o mesmo tinha sido relocado. Deu conhecimento de que aquela zona e os equipamentos envolventes, designadamente, o Parque Infantil e os ecopontos, seriam alvo de uma requalificação pela respetiva Junta de Freguesia. _

O Sr. Presidente, relativamente à informação dos combustíveis, disse que o levantamento estava efetuado e que seria enviada oportunamente. Quanto ao procedimento concursal para recrutamento em mobilidade para o lugar de Encarregado Geral, disse que o aviso já tinha sido publicado na BEP – Bolsa de Emprego Público e no *site* do Município, tal como foi afixado nos locais próprios. Referiu que tinha esta informação preparada para prestar na presente reunião, dado ser a reunião do executivo realizada após ter sido publicado o referido anúncio. Relativamente às questões de Martim Afonso disse que as árvores já tinham sido abatidas, tendo apenas ficado uma que não causava qualquer transtorno, estando os serviços do Município a tapar as caldeiras com calçada e a estudar quais as árvores a plantar e as novas localizações para o efeito. Quanto à sinalização, disse que faltava adquirir um dos sinais, estando prevista a colocação de dois sinais, sendo um de “estrada sem saída” e outro de “trânsito proibido a pesados” (com exceção de veículos de recolha de RSU’s). Referiu, que já tinha sido adquirido o material para a execução do passeio de ligação da urbanização à paragem dos autocarros. Já no que diz respeito à paragem dos autocarros e como já havia informado, reiterou que aquele equipamento estava sob a alçada da Infraestruturas de Portugal.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz solicitou informações sobre a falta de auxiliares no Agrupamento de Escolas. Disse que tinha tido a intenção de perguntar se as questões levantadas pelos moradores de Martim Afonso já estavam resolvidas, todavia, esta questão já havia sido respondida. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre uma reclamação apresentada relativamente a uma situação existente na Rua dos Lusíadas, na Vila de Sobral. Perguntou como estava a decorrer o processo relativo à cadeira de dentista. Informou que lhe tinham chegado algumas queixas relativamente à velocidade praticada por alguns veículos pesados que utilizam a localidade de Fetais como atalho, perguntando se poderiam ser colocadas algumas lombas no sentido de reduzir a velocidade no local. Concluiu perguntando para quando estava agendada a próxima sessão da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente respondeu às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, tendo começado por dizer que já havia sido respondida a reclamação apresentada pela Dra. Mónica Lima na qualidade de mandatária do Condomínio do prédio urbano sito na Rua dos Lusíadas, número 61, em Sobral de Monte Agraço. Disse que a questão se prendia com uma chaminé que, segundo informação dos serviços, sempre existiu no local e está legalizada no âmbito de um processo de habitação, acrescentando que esta foi uma matéria aprovada há mais de 50 anos. Referiu que a Dra. Mónica Lima não concordou com a resposta que obteve do Município, no entanto, a situação estava devidamente licenciada, pelo que, provavelmente, só poderá ser resolvida ao nível de um processo cível. Relativamente à cadeira de dentista, disse que já tinha sido outorgado o protocolo entre o Município e o Governo, sendo que a verba necessária para o efeito estava contemplada nas GOP’S e Orçamento Municipal, documentos

que os Srs. Vereadores da Oposição tinham votado contra. Neste sentido, disse que se aguardam, agora, novas diretivas por parte do Governo para que possamos dar andamento ao processo. A propósito da questão levantada sobre alguns excessos de velocidade na localidade de Fetais, disse que de facto alguns veículos pesados estavam a utilizar aquela via, atalhando caminho. Esta situação gerava, no entanto, duas opiniões na população local, haviam alguns residentes que entendiam a questão como sendo constrangedora e haviam outros que até pareciam estar satisfeitos. Apesar da situação descrita, deu conhecimento que, até ao momento, não tinha chegado ao Município qualquer pedido por parte dos moradores para a colocação de lombas. Acrescentou que a situação iria ser averiguada. Finalmente, informou que embora ainda não estivesse definido, apontava-se que Assembleia Municipal reuniria na última sexta-feira de novembro ou na primeira semana de dezembro.

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que a Dgeste, para além de ter autorizado a contratação de tarefas (35 horas), tinha também permitido a abertura de um concurso para preenchimento de dois lugares de assistentes operacionais a tempo inteiro. Apesar dos dois lugares não satisfazerem, na totalidade, as necessidades existentes, disse que a situação iria, certamente, melhorar.

O Sr. Vice – Presidente informou que no dia 4 de novembro se tinha realizado um evento desportivo no Concelho, denominado, “Monte Agraço Trail Run”. Disse que a iniciativa estava dividida em três momentos, designadamente, com percursos de 24 km, de 14 km e 10 km, e que contou com 250 participantes. Referiu que foi um dia com muita atividade desportiva que correu bastante bem. Por fim, agradeceu às entidades que colaboraram na organização e realização do evento, nomeadamente, aos Bombeiros Voluntários, à GNR, ao Clube de Praticantes Turres Trail Clube, bem como às Juntas de Freguesia, que procederam à limpeza de alguns troços.

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que no dia 15 de outubro, em Almada, se realizou o Encontro Nacional da Rede Territorial das Cidades Educadoras, sob o tema “Cidades Inclusivas”. Deu conta de que inserido no 2.º Festival de Manobras, se realizaram algumas atividades, a saber: dois espetáculos no Cineteatro - “Chambre D'Enfants” -, nos dias 15 e 19 de outubro, com uma instalação artística de luz e música que convidava a uma viagem ao universo fantasmagórico de um quarto de criança, sendo o outro espetáculo no dia 17 de outubro, com um espetáculo de sombras que remetia para contos tradicionais infantis; no dia 21 de outubro uma caminhada intitulada “Modos de Ver”, uma atividade também ligada às Linhas de Torres, em que os participantes dispunham de um sistema áudio – *audiowalk*. Disse que esta foi uma atividade diferente que teve alguma adesão do público. Continuou dizendo que de forma a assinalar o Dia Municipal para a Igualdade de Género - 24 de outubro – o Município, através do Serviço de Ação Social e GIAV, distribuiu algumas pulseiras disponibilizadas pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, alusivas ao tema

“Portugal mais Igual”, tendo ainda sido realizada a habitual caminhada de quarta-feira - “Sobral a Caminhar” –, em que foi efetuado um breve enquadramento sobre o Dia Municipal para a Igualdade. Informou que no dia 26 de outubro, nos Paços do Concelho de Torres Vedras, teve lugar as “I Jornadas do ACES Oeste Sul”, sob o tema “A Saúde para Todos”. Por fim, deu conta de que, no âmbito da VI edição da Semana da Visão e do 5.º aniversário do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, se realizou, no dia 30 de outubro, na sala polivalente da Biblioteca Municipal da Lourinhã, o “Encontro sobre a Deficiência Visual”, onde se refletiu sobre a deficiência visual e a importância das tecnologias na vida de um invisual. Referiu, ainda, que o encontro contou com a presença do Dr. Jorge Leite, Presidente da Associação Nacional para a Inclusão dos Cidadãos com Deficiência Visual e do Sr. Pedro Nogueira, Presidente da Associação Cabra Cega.

O Sr. Presidente informou que já foi inaugurado o projetor digital adquirido para o Cineteatro, referindo que já haviam sido visionados dois filmes e que o equipamento tem uma qualidade excecional. Informou, também, que no dia 20 de outubro foi assinalado, mais uma vez, o Dia Nacional das Linhas de Torres, tendo sido realizadas várias atividades nos seis Concelhos que integram a Associação da Rota História das Linhas de Torres, sendo que o ponto mais alto teve lugar no Concelho do Sobral com um desfile e uma recriação histórica, tendo sido um espetáculo excecional. Referiu que a recriação histórica contou com a participação de vários grupos e naturalmente da guerrilha da Associação de Cultura e Recreio de 13 de Setembro de 1913, tendo sido uma iniciativa do agrado de todos os que nela participaram. Agradeceu a todas as entidades que se envolveram no certame e a todos os grupos que participaram, em especial, ao grupo do Sobral – “Guerrilha de Monte Agraço” - que tomou parte do evento de uma forma muito empenhada e organizou, no dia seguinte, um almoço para todos os outros grupos recriadores.

Continuando a sua intervenção, deu conta de que na presente data tinha havido um corte geral de água na conduta principal da Vila a fim de realizar algumas intervenções, quer pela Autarquia, quer pela empresa que está a proceder à construção do supermercado Continente, possibilitando, deste modo, a realização de algumas diligências por parte da EDP. Referiu que foi equacionado a realização da referida intervenção durante o período da noite, contudo, verificou-se que a situação não seria viável. A pensar nos constrangimentos para o comércio local e para a população, informou que, antecipadamente, foi dado conhecimento da situação, através de editais, para que fossem tomadas as devidas precauções. Neste sentido, referiu que alguns estabelecimentos optaram por encerrar, outros por trocar o dia de encerramento para descanso do pessoal. Mais referiu que foram também tomadas precauções ao nível de algumas instituições – Escolas, Santa Casa da Misericórdia e Associação Popular –, para que pudessem prestar os respetivos serviços com normalidade. Por fim, disse que os trabalhos

tinham decorrido bastante bem, sendo que pelas 12h30m o fornecimento de água já estava restabelecido. _____

Deu conta de que no dia 31 de outubro esteve presente no jantar de 21.º aniversário da Tertúlia Tauromáquica Sobralense, uma iniciativa onde todos estavam um pouco apreensivos devido às declarações da Sra. Ministra da Cultura, aquando da sua primeira intervenção pública após a tomada de posse, a propósito dos espetáculos tauromáquicos. Disse que a Autarquia não podia ficar indiferente a esta situação, com a qual, demonstrou a sua solidariedade para com aquela Associação, agradecendo ainda toda a colaboração e o trabalho que tem sido realizado pela referida entidade em prol do Concelho. Informou que a Feira de Todos os Santos tinha decorrido da melhor forma, tendo sido mais participada quer em termos de feirantes, quer em termos de visitantes, podendo constatar-se a visita de muitas pessoas novas à feira. Referiu que o certame contou com a colaboração de algumas Associações, nomeadamente, do Monte Agraço Futebol Clube, da Associação Motor Agreste – Amigos e Motores e da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas, agradecendo a participação de todos. Manifestou a sua satisfação pela reposição do Feriado, permitindo, desta forma, a realização da feira neste dia, ao invés de no primeiro domingo do mês de novembro como acontecia durante a abolição do feriado, contribuindo assim de uma forma mais significativa para a economia do Concelho. ____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, relativamente aos comerciantes presentes na Feira, solicitou informação sobre o seu número e sobre o valor cobrado, pois parecia-lhe que nos últimos 6 anos estes tinham sofrido uma franca diminuição. _____

O Sr. Presidente disse que seria fácil aferir os valores cobrados na Feira de Todos os Santos e disponibilizar a informação solicitada. Referiu que, naturalmente, o certame era mais fraco do que há 15 anos, todavia, desde a reposição do Feriado a situação tinha melhorado substancialmente. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz referindo-se à limpeza das bermas das estradas nacionais pela Infraestruturas de Portugal, entidade responsável, perguntou se o período indicado pela referida entidade para limpeza de algumas vias no Concelho seria de facto para cumprir. _____

O Sr. Presidente, conforme já havia informado, disse que a entidade responsável tinha manifestado intenção de realizar alguns trabalhos de limpeza, em dezembro, pelo que se iria aguardar pelo desenrolar dos acontecimentos. Deu, ainda, conhecimento de que Autarquia tinha procedido à limpeza de todas as vias pertencentes ao perímetro urbano do Concelho. ____

3. PAGAMENTOS _____

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **2667 a 2783**, num valor total de **€ 463.548,83**. _____

14



IV

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente a Sra. D. Susana Fortes que solicitou a palavra para voltar a abordar a questão da sinalização horizontal existente na Praceta Luís de Camões, a qual, na sua opinião, não estava correta. _____

O Sr. Presidente, na sequência da comunicação recebida quanto a esta matéria, disse que já havia passado pelo local para verificar a situação, sendo que posteriormente remeteu o assunto para os serviços técnicos do Município, a fim de ser prestada a respetiva informação. Todavia, disse que foram equacionados alguns lugares de estacionamento e que o tracejado amarelo, pintado junto às garagens, tinha como intuito permitir aos respetivos proprietários facilidade de acesso e ângulo de manobra, não podendo haver situações de estacionamento em cima do tracejado amarelo. _____

A Sra. D. Susana Fortes disse que, certamente, esta situação tinha beneficiado alguém, tendo, também, acabado por prejudicar outros moradores no local. _____

O Sr. Presidente demonstrou disponibilidade para reunir no local com os moradores daquela zona e, desta forma, chegar a um consenso e equacionar algumas melhorias. _____

Estava presente o Sr. José Francisco Carvalho que referiu que há 32 anos tinha cedido parte de um terreno, sua propriedade, sito em Sabugos à Junta de Freguesia de Santo Quintino para alargamento da estrada. Disse que o terreno tinha uma muralha feita em pedra e que após a cedência tinha sido assegurado, pela referida Junta de Freguesia, a construção de um muro de suporte. Este muro foi construído em tijolo, sem qualquer estrutura de ferro que o sustentasse, sendo que agora, esta estrutura, estava a desmoronar. Referiu que situação estava por resolver há dois anos, que já tinha falado com o Sr. Presidente sobre a situação, porém, continuava tudo igual. Por fim, disse que sabia que a propriedade era sua, todavia, não tinha sido feita uma infraestrutura em condições. _____

O Sr. Presidente, como já havia informado o Sr. José Francisco Carvalho, reiterou que a obra tinha sido da autoria da Junta de Freguesia e que a Câmara Municipal era alheia à situação. Referiu que com a cedência de parte do terreno pelo Sr. José Francisco Carvalho, a Junta de Freguesia tinha assumido a construção de um muro mais alto, todavia, a responsabilidade sob a infraestrutura é do proprietário do terreno, referindo que a Autarquia não fica com o ónus infinitamente. Referiu que tinha falado com o Sr. Serreira, Presidente da Junta de Freguesia à data, tendo este demonstrado disponibilidade para falar sobre a matéria. Disse que legalmente a Câmara não podia intervir, pois o muro correspondia a uma propriedade privada. Por fim, reiterou que a obra foi realizada pela Junta de Freguesia, no entanto, desde que houvesse um entendimento entre as partes, a Autarquia podia colaborar de alguma forma. _____

O Sr. José Francisco Carvalho reiterou que à data da cedência existia um muro em condições

e que a infraestrutura construída pela Junta de Freguesia não tinha sido bem-feita. _____

O Sr. Presidente voltou a referir que legalmente a Câmara não podia intervir na situação e que a resolução do problema passaria pelo entendimento entre as partes, pelo que seria agendado um dia para, no local, ser discutido o assunto. Mais referiu que se a situação tivesse ficado registada por escrito a resolução do problema seria mais simples. _____

O Sr. José Francisco Carvalho disse que atualmente ficava tudo registado por escrito, no entanto, na altura não aconteceu dessa forma, tendo apenas sido falado entre as partes. _____

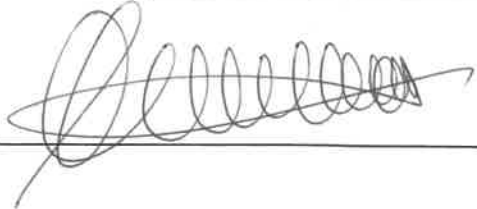
O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que de facto a Câmara Municipal não tinha efetuado a obra, no entanto, o assunto acarretava uma questão moral histórica que devia ser tida em conta e que as pessoas devem ser devidamente ressarcidas pelas cedências efetuadas. _____

O Sr. Presidente lembrou que deveria de haver registos destas matérias para salvaguarda das partes intervenientes mas, de facto, antigamente, não era esta a metodologia utilizada. Disse que o assunto em questão era complicado, pois se por um lado existia uma questão moral, por outro existia uma questão legal que impede uma intervenção da Autarquia numa propriedade privada. Por fim, disse que percebia a situação do município, mas também o Sr. José Francisco Carvalho tinha de compreender que era uma situação que ultrapassava a competência da Câmara Municipal. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 19 horas e 50 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____



O Secretário: _____

